



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

*Discurso na solenidade de lançamento do
Programa Federal de Racionalização e
Adequação da Frota de Ônibus Urbano*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 27 DE NOVEMBRO DE 1997

Meu caro Ministro Kandir; Doutor José Luís Portela, Ministro Interino dos Transportes; Presidente da Confederação Nacional dos Transportes, amigo Clésio Andrade; Senhor Presidente da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos, Otávio Cunha; Senhores Empresários do setor de transporte; Senhoras e Senhores,

O mal de falar no fim é que sempre quase tudo já foi dito. E como cabe a mim sempre falar no fim, eu tenho esgotado a minha pequena capacidade de imaginação para poder dizer alguma coisa, há três anos.

Mas acho que o dia de hoje merecia uma palavra especial, porque, na linha do que disse o Ministro Kandir, só abordando ao redor do travessamento que ele já fez, na verdade nós estamos sinalizando ao País. Primeiro, há uma preocupação direta com algo significativo que é a vida cotidiana, pois transporte de massa, transporte urbano, tem a ver com a vida de cada um dos brasileiros. Tem a ver no sentido da comodidade, da rapidez, da poluição, do atravancamento das nossas cidades. Tem a ver, também, com a capacidade que venham a demonstrar os

nossos prefeitos e os nossos governadores para uma integração crescente em termos de várias modalidades de transporte.

Esse programa incentiva precisamente isso: que nós possamos, de forma mais ágil, atender às demandas das nossas cidades e que haja, também, incentivo e coordenação nessa política de transportes. Creio que se há um desafio a ser enfrentado daqui para frente é precisamente o desafio dos grandes aglomerados urbanos brasileiros, que vai requerer muita competência em termos de política pública e em termos de coordenação em várias esferas da administração.

E esse projeto, na verdade, é uma oportunidade para que nós exercitemos a nossa capacidade de avançar nessa direção, mas acho que também sinaliza algo mais. Primeiro, uma continuidade da nova orientação do BNDES. O BNDES hoje é um banco que está ativo com a direção do Ministro Kandir e do Doutor Mendonça de Barros, ativo como um banco de reestruturação da vida econômica brasileira. E essa reestruturação significa preparar o Brasil não só para algo novo, em termos do banco, que é a exportação – os senhores sabem do imenso esforço que está sendo feito pelo BNDES para criar condições de competitividade para que as nossas indústrias possam exportar, e isso é novo – mas significa, também, uma reorientação no que diz respeito a que outros setores de atividades venham ser beneficiados pela ação do BNDES.

No passado, e com razão para a época, o BNDES concentrava capitais. Criou mecanismos para permitir um salto importante no Brasil, em termos de indústrias que eram fundamentais naquela ocasião: a petroquímica, a siderúrgica, as chamadas indústrias de base, papel e celulose. Enfim, esses setores que tiveram um grande significado na reorientação do Brasil.

Hoje é diferente. Além desses setores que já estão capitalizados, que de qualquer maneira continuarão precisando de apoio, mas têm mais condições, até mesmo, de captar recursos externos, nós temos que olhar para outros setores brasileiros que precisam de apoio financeiro. E o BNDES está se voltando para a pequena e a média empresa, está criando condições de competitividade para um setor muito mais amplo de indústrias brasileiras têxteis, de calçados, pequenas empresas capazes

de exportar. Criamos agora mesmo um fundo de aval, de apoio à exportação da pequena e da média empresa. Nesse contexto entra, também, a questão de apoiar certos setores-chaves, como é o caso do transporte urbano, como é o caso dos ônibus. E é óbvio que, na situação brasileira, a produção tem que, progressivamente, passar a ser contemplada com taxas de juros compatíveis com a possibilidade da lucratividade do retorno do capital investido.

Então, o BNDES tem um papel enorme nessa área e tem tido uma ação grande. Primeiro foi a TJLP, que foi inventada pelo então Presidente do BNDES Pêrsio Arida. O nome é muito feio, TJLP, mas, enfim, no Brasil a gente absorve rapidamente até essas palavras de difícil pronúncia. A TJLP andava por volta de 20 e poucos por cento e já era uma vantagem, imaginem só. Agora ela está por volta de 10%. E, nesse caso aqui, são 10% mais um, ou seja, é uma taxa de juros razoável, competitiva, no momento em que a taxa de juros, para os títulos públicos, é de 40%.

Por que estou sinalizando isso? Para que não se pense que, ao tomar as decisões que nós tomamos para preservar o Real, que eram necessárias, que eram indispensáveis e duras, nós descuidamos do setor produtivo. A agricultura não está submetida a essa variação de taxa de juros. Esses programas especiais não estão submetidos a essas taxas de juros elevadas. Muitas pessoas que não entendem da complexidade da vida econômica moderna pensam que o Governo, ao tomar uma decisão, está paralisando o setor produtivo nacional. Não! Afeta, indiscutivelmente, porque pode afetar o consumo, há mil razões. Mas o Governo está atento àquilo que é fundamental. Um país como o Brasil não pode se permitir o luxo de desorganizar o seu sistema produtivo, nem o agrícola, nem o industrial, nem o de serviços. Ele tem, ao mesmo tempo, que responder aos desafios colocados pela globalização, pela imprescindível defesa da nossa moeda, da nossa estabilidade, tem que cuidar dos instrumentos que mantêm a nossa atividade econômica. Todas as vezes em que eu tenho me manifestado, após as decisões que tomei, que eram, repito, imprescindíveis para a manutenção da nossa estabilidade, eu tenho dito que isso não pode ser visto como se fosse uma aceitação passiva de que: “Ah, então, se é assim, vamos ter que nos conformar com taxas negativas de

crescimento”. Não! Vamos fazer o possível e o impossível para, sem prejuízo da estabilidade da economia, manter a nossa atividade produtiva em condições de avançar, de tal maneira que, controlados os efeitos disruptivos da crise internacional, nós não apenas voltemos a um estágio anterior, senão que avancemos mais.

Um país como o Brasil não pode dar-se ao luxo de perder seu horizonte. Não pode, também, dar-se ao luxo de estar limitado pelas forças de mercado, que existem e são fortes. Nós não podemos, em certas circunstâncias, contrariá-las, mas uma nação não se compõe de mercado, compõe-se de pessoas. Compõe-se de interesses de todo tipo: interesses sociais, interesses de bem-estar, interesses políticos. E a nação sobrevive, e tem que sobreviver bem, avançando cada vez mais com realismo, sem bazófias, sem deixar de tomar as decisões importantes nas horas necessárias. Não se deve nunca perder o rumo. E, essa medida, que por coincidência ocorreu agora, é nessa direção. Direção de um país que cresce e que vai enfrentar seus desafios com muita galhardia. Esses 19 mil veículos de transporte urbano que podem ser fabricados aqui, através de financiamento adequado, darão emprego, darão atividade, darão mais bem-estar. Enfim, nós temos que estar o tempo todo criando uma dinâmica de não aceitar de forma passiva a taxa de desemprego. Aliás, taxa de desemprego que se manipula no Brasil com grande leveza. Hoje mesmo vi a taxa de desemprego. Ninguém pergunta como é que se chega a 16% em São Paulo: é porque se pergunta para idades que variam de 10 a 24 anos. É por isso que dá 16%, enquanto no IBGE da 6%, é porque a pesquisa é feita para pessoas de 10 a 24 anos. Esteja procurando ou não um emprego, a pessoa, estando desempregada, entra no cálculo, mesmo que não esteja procurando emprego.

Então é um índice que tem que ser visto no seu contexto. Ele serve para medir algumas coisas, mas ele não mede outras. Então, não nos deixemos abater por essas sensações de que não temos condições. Vamos continuar fazendo o possível e o impossível, como é o caso agora, aqui, para nos defrontar com o problema do desemprego, que é um problema sério, mas que, no caso do Brasil, tem soluções. Há condição de nós mantermos ativa a nossa economia. E, num prazo mais longo,

tem muita solução, por uma razão muito simples: nós estamos, neste momento, no ápice da oferta de mão-de-obra. Por quê? Porque a taxa de crescimento da população, no passado, era muito alta. Caiu para 1.4 hoje, anualmente. Mas as crianças já nasceram antes, noutra taxa, e vão ser ofertadas à força de trabalho numa grande quantidade, só que é declinante.

A oferta de mão-de-obra no Brasil é declinante, não é crescente. Portanto, tomando isso em consideração, e tomando em consideração a disposição dos brasileiros de continuarmos a oferecer empregos e a criar condições de trabalho e de desenvolvimento, nós não temos por que imaginar que o nosso futuro é como o de alguns países europeus, que já não têm mais o que oferecer porque já declinou a população e não há mais espaço econômico de desenvolvimento. Aqui, é agora que a nossa população começa a sofrer uma diminuição de taxa que vai ter conseqüências daqui para diante e, para nós, imensas possibilidades investimento.

Os senhores fazem parte desse setor que, neste momento, graças a essa decisão que nós tomamos com o BNDES, terá condições de ajudar o Brasil a dar mais um passo. E tenho certeza de que daremos esse passo.

Parabéns, portanto, ao setor, ao Ministro, ao BNDES e, sobretudo, à confiança que continuamos, todos nós, depositando na nossa capacidade como país.

Muito obrigado.